

HABEAS CORPUS Nº 492.377 - SP (2019/0036644-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : FRANCISCO JUCIANGELO DA SILVA ARAUJO
ADVOGADO : FRANCISCO JUCIANGELO DA SILVA ARAUJO - SP0284513
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LIDIA NARA DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LIDIA NARA DE OLIVEIRA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0023506-76.2008.8.26.0114).

Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada à pena de 5 (cinco) anos, 7 (sete) meses e 6 (seis) dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, e ao pagamento de 14 (quatorze) dias-multa pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal (e-STJ fls. 1.046/1.057), tendo em vista que (e-STJ fl. 13):

[...] no dia 25 de março de 2008, por volta das 15h00, no interior da casa lotérica situada na Rua Edson Luiz Rigonato, n. 905, Campo Grande, nesta cidade e Comarca, LÍDIA NARA DE OLIVEIRA, qualificada a fls. 07/08, e APARECIDA DE FÁTIMA PEREIRA, qualificada a fls. 09/10, previamente ajustadas, agindo em concurso e com identidade de propósitos com três indivíduos não identificados, participaram do crime de roubo que resultou na subtração, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo contra L.S. DA C. L., C.P. e a vítima protegida pelo Provimento n. 3212000-CGJ, de quantia no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) em espécie pertencente à pessoa jurídica "Xalé Lotérico Loterias Ltda. ME"., posto que auxiliaram aqueles três indivíduos na preparação intelectual do delito, bem como no acesso ao local onde se encontravam instaladas as caixas registradoras e o cofre, coordenando toda a empreitada criminoso.

Interposta apelação, os desembargadores da Quarta Câmara de Direito Criminal do Tribunal *a quo* negaram provimento ao recurso defensivo (e-STJ fls. 1.162/1.175).

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 1.163):

Roubo duplamente qualificado por emprego de arma e comparsaria (art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal. Crime caracterizado, integralmente. Provas seguras de autoria e materialidade. Palavras coerentes e incriminatórias das vítimas, de testemunha e de Policiais Militar. Versões exculpatórias contraditórias e inverossímeis.

Inviabilidade do reconhecimento de participações de menor importância. Inexistência de fragilidade probatória. Acervo probatório constante dos autos. Qualificadoras caracterizadas. Coação irresistível não verificada. Responsabilização inevitável. Necessidade condenatória imperiosa. Apenamento criterioso, impassível de alterações. Base fixada no mínimo. Circunstâncias atenuantes que não podem levar a base aquém do mínimo legal. Súmula n. 231 do C. STJ. Regime inicial fechado único possível. Apelos improvidos, com expedição de mandados de prisão.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 1.199/1.206).

Quanto ao recurso ordinário interposto na origem, dele não se conheceu (e-STJ fls. 1.325/1.336).

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da imposição do regime inicialmente fechado para o cumprimento da reprimenda.

Alega que, apesar de a pena-base ter sido estabelecida no seu patamar mínimo legal, já que favoráveis à ré todas as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, foi estabelecido, indevidamente, o regime prisional mais severo para início de cumprimento da sanção. Invoca, ainda, a Súmula n. 440 do Superior Tribunal de Justiça.

Ressalta, também, que a acusada possui um filho com apenas quatro anos de idade.

Dessa forma, requer, em liminar e definitivamente, o abrandamento do regime inicialmente fixado para cumprimento da pena imposta à paciente (e-STJ fls. 3/11).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se verificar a existência de constrangimento ilegal, notadamente porque o

Tribunal de Justiça, no acórdão ora reprochado, assim consignou (e-STJ fls. 1.174/1.175):

Quanto ao regime, finalmente, outro não poderia ser que não o fechado.

Até em atenção ao art. 33, § 3º, do Código Penal.

E já se sabe, presentemente, malgrado a edição da Súmula n. 719, pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, que pode perfeitamente e ainda o regime fechado ser o adotado, quando seja ele devidamente justificado, exatamente como na espécie.

Quem se propõe a assaltar o próprio local de trabalho, em comparsaria e com emprego de arma, colabora, por sem dúvidas, para espalhar o repugnante clima de terror e pânico em que se vive nas pequenas e grandes cidades, não tendo o mínimo apego à dignidade e respeito pelo ser humano.

Em juízo de cognição sumária, portanto, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator